

## **Resolução**

### **Reunião de sindicatos do Mediterrâneo**

**Madrid, 26-27 Junho 2023**

A Europa e o arco do Mediterrâneo encontram-se numa situação difícil, devido à crise económica provocada pela pandemia e pela guerra, que se trava no coração do continente.

A crise económica teve um grande impacto nos trabalhadores e trabalhadoras, com o forte aumento do custo de vida e salários insuficientes para fazer face à inflação.

Os governos europeus e a UE parece que não aprenderam nada com a pandemia, que evidenciou a importância e a necessidade dos serviços públicos; a saúde pública de todos os países europeus foi posta à prova, mas foi o único baluarte contra a pandemia, inclusive, à custa da vida dos trabalhadores do sector.

O que foi feito durante a pandemia pelos serviços de saúde dos diferentes Estados e pelos serviços públicos que nunca deixaram de prestar serviços aos cidadãos, demonstrou que os serviços públicos não podem considerar-se como um custo mas sim como um investimento virtuoso que devolve valor social, melhora a vida dos cidadãos e é uma ferramenta chave para a redução das desigualdades.

Por isso, os sindicatos signatários desta resolução apoiam sem reservas a resolução aprovada no Congresso da CES para uma mobilização europeia que impeça o regresso das medidas de austeridade impostas após a revisão do pacto de estabilidade e de governança económica por parte da Comissão.

Na resolução, afirma-se claramente que existe o risco de conduzir os nossos sistemas nacionais a políticas restritivas que obstaculizem os investimentos económicos e sociais necessários, e que é necessário que todos os sindicatos europeus se mobilizem em defesa de serviços públicos de qualidade que garantam direitos de cidadania, a saúde, a assistência e serviços públicos.

Os sindicatos signatários unem as suas lutas em defesa do serviço público à grande mobilização europeia da CES em que participarão conjuntamente com a FSESP.

Os serviços públicos, como garantes de direitos de todos, devem ser defendidos em toda a Europa, e com esta resolução, os signatários comprometem-se, também, tendo em vista o próximo congresso da FSESP/EPSU, a defender um serviço público eficiente, assim como a defender o direito à negociação colectiva, salários adequados e condições de trabalho dignas.

O grupo do Mediterrâneo considera importante a questão do aumento da sindicalização, que é uma responsabilidade de todas as organizações nacionais, mas cremos que também através da FSESP se tem que impulsionar a todos os níveis com todos os meios e, sobretudo, fomentando a Negociação Coletiva e os Acordos Colectivos.

Na Europa, sopram ventos de direita que atingem os direitos dos cidadãos europeus, os cidadãos migrantes e a comunidade LGBTQ+.

Por isso, os signatários comprometem-se, também no quadro da FSESP/EPSU, a relançar a rede Eucare de trabalhadores de acolhimento e a lutar contra as violações de direitos a todos os níveis.

Assim, o surgimento do Estado Social e de Bem-Estar na Europa e no arco mediterrâneo, após a Segunda Guerra Mundial, com base nos Serviços Públicos universais, acessíveis a todos os cidadãos e capazes de responder às necessidades e expectativas fundamentais da população, é um direito consolidado que as políticas neoliberais exercidas especialmente nos últimos 15 anos vêm deteriorando através de financiamento deficiente nos orçamentos anuais e através de uma crónica falta de pessoal necessário para o bom funcionamento dos referidos serviços públicos.

Tudo isso tem levado gradativamente a uma redução do grau de satisfação dos cidadãos com os serviços essenciais, o que abriu caminho para a expansão dos lucros privados, tanto os financiados por contratos ou por orçamentos estaduais, como os assumidos diretamente pelos sectores que economicamente podiam pagar, aumentando ainda mais as desigualdades sociais.

Dado o avanço no nosso continente e no mundo das ideologias de ultradireita, que mergulham no individualismo excludente e no combate aos esforços colectivos para o progresso da sociedade como um todo, acreditamos, desde o movimento sindical europeu, e muito especialmente desde as organizações que defendem os direitos dos trabalhadores e mulheres trabalhadoras nos serviços públicos, que é necessário uma mudança nas políticas das instituições europeias e o desenvolvimento de políticas que protejam e fortaleçam os direitos de cidadania em cada um dos Estados, pelo que propomos um PACTO SINDICAL EUROPEU PELOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

Um compromisso comum de reafirmação e relançamento, também no próximo congresso da FSESP/EPSU, e na véspera das eleições europeias, é de facto contrariar o avanço da extrema-direita, que está a fazer retroceder anos em toda a Europa, com políticas económicas regressivas destinadas a privatizar os serviços públicos e a lucrar com a redução do perímetro social do Estado.

Os sindicatos signatários partilham a vontade de seguir com as reivindicações aqui expressas também no seio da FSESP/EPSU e no próximo congresso, contribuindo para:

1. Uma firme defesa dos serviços públicos, do seu valor social, contra as privatizações e os ataques das multinacionais;
2. A defesa de uma negociação coletiva cada vez mais forte em toda a Europa, para um diálogo social a nível nacional e europeu que não veja retroceder os Estados.
3. Por uma reforma da governação, que reconheça o cidadão como valor e não como um custo e garanta serviços e direitos fundamentais;
4. Por mais contratação de pessoal que garantam serviços e número de trabalhadores adequados;
5. Por salários adequados, pela renovação dos acordos colectivos e pela defesa dos direitos fundamentais e sociais dos cidadãos;

6. Pela defesa do poder de compra dos salários, também ameaçado por decisões unilaterais de organismos europeus como, por exemplo, a subida das taxas de juro dos empréstimos e hipotecas;
7. Por uma Europa de paz que repudie a guerra e aposte numa forte acção diplomática, que seja solidária e não se feche na força, e que garanta canais humanitários para as migrações;
8. Contra o avanço da direita e uma cultura do atraso que viola os direitos civis e sociais das pessoas.
9. Por orçamentos e medidas fiscais que garantam as políticas públicas de protecção e o Estado de bem-estar.
10. Pela garantia de contratos públicos que cumpram e respeitem os direitos laborais, promovam cláusulas sociais e respeitem a negociação colectiva.
11. Além disso, o grupo Mediterrâneo chama a atenção para as novas tecnologias e métodos de Inteligência Artificial (IA). Claro que devemos usar essas novas ferramentas como parte de nossas actividades ao nível local, sectorial e nacional, sempre na melhoria dos serviços públicos que evitem a sua privatização e garantindo que não haja perda de empregos.